

AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

Letícia Érica Gonçalves Ribeiro, Norma Esther Negrete Calpineiro

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de tomadas de decisões sobre os temas socialmente problematizados ou como o resultado do debate entre Estado e sociedade sobre determinados problemas (OZLACK, 1982), que norteiam as ações do Estado e as relações deste com a sociedade. Para Lynn (1980 apud SOUZA, 2003), é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos e, para Peters (1986 apud SOUZA, 2003), é a soma das atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos. Em síntese, pode-se dizer que as políticas públicas norteiam as ações do poder público e as relações entre poder público e sociedade. Assim, quando se fala de políticas públicas, fala-se de poder social (PARADA, 2006). Segundo Rua (1998, p. 232), uma das características centrais das políticas públicas é “o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”. É por meio de tais decisões, transformadas em ações, que se refletem a arena política? na qual atuam diferentes atores, os quais buscam influenciar os programas econômicos e sociais?, as leis e prioridades governamentais. Contudo, essa mobilização só acontecerá a partir de uma conscientização da sociedade, resultante de discussões e debates públicos. Parada (2006, p. 74) afirma que “a riqueza de uma sociedade se mede pela discussão pública e de sua capacidade de transformar-se a partir dela”. O autor ainda acrescenta que a riqueza dessa discussão está condicionada ao acesso à educação. Diante disto, propõe-se refletir sobre os direitos das mulheres e das políticas para a igualdade de gênero conquistadas a partir da organização e luta do movimento de mulheres. Segundo Pitanguy (2002), foi entre os anos de 1975-1979 que as mulheres brasileiras começaram a se organizar, realizando congressos, manifestações e debates, buscando integração com a universidade e os sindicatos, construindo uma interlocução com o legislativo e fortalecendo uma posição de oposição ou negociação frente ao Estado. Deste modo, alcançaram espaço na mídia e deram visibilidade a suas reivindicações. No Brasil, principalmente, a partir da década de 1980, o movimento de mulheres se fortaleceu e durante toda a década de 1990, continuou sua luta em busca de influenciar a agenda governamental na formulação de políticas públicas com recorte de gênero. Assim, as orientações da IV Conferência Mundial das Mulheres (ONU, 1995) propunham que a questão de gênero fosse incluída nos orçamentos públicos e que houvesse investimentos em programas específicos de promoção da igualdade entre homens e mulheres. Em 2003, o Governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. A institucionalização de um espaço de construção de políticas públicas específicas para mulheres e de contribuição para a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas representou, para o movimento de mulheres, o reconhecimento de suas lutas e um avanço em direção à consolidação de importantes conquistas. De 2004 a 2016, foram realizadas quatro conferências nacionais de políticas para as mulheres, e o resultado foi a elaboração de um plano nacional, a partir de cada conferência, exceto da última, que ocorreu durante o conturbado processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Esta comunicação propõe fazer uma retrospectiva sobre a luta das mulheres pela igualdade de direitos no Brasil e as políticas públicas conquistadas a partir dessa luta. Propõe ainda analisar a situação atual das políticas públicas para as mulheres e sobre as leis e os projetos de leis que vem refletindo ou refletirão sobre a vida e os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Políticas públicas. Direitos das mulheres